

Desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana

Development of productive forces and human emancipation

André Guimarães Augusto*

Resumo

O objetivo desse trabalho é indicar a relação entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana. Defendo que a ampliação das capacidades humanas é um critério para definir um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas em lugar do critério unilateral do aumento de produtividade, a despeito de ser uma pré-condição para a emancipação humana. Argumento que os aumentos de produtividade e a ampliação das capacidades humanas não estão em relação imediata, em primeiro lugar devido a subdeterminação da tecnologia e em segundo lugar porque os aumentos de produtividade são apenas uma forma de aparecimento do processo contraditório de ampliação das capacidades humanas. Concluo que há uma ligação intrínseca entre desenvolvimento das forças produtivas e emancipação humana, e que um dos elementos da constituição do reino da liberdade é a mudança qualitativa das forças produtivas.

Palavras-chave: forças produtivas; eficiência; emancipação humana.

Abstract

The objective of this paper is to indicate the relation between development of productive forces and human emancipation. The argument is grounded in the expansion of human capabilities as a criterion to define a higher stage of development of productive forces rather than increased productivity, despite this being a pre-condition for human emancipation. I argue that increases in productivity and the expansion of human capabilities are not in an immediate relation, in the first place due to underdetermination of technology and secondly because the increases in productivity are just a manifestation of the contradictory process of expansion of human capabilities. I conclude that there is an intrinsic relation between the development of productive forces and human emancipation, and that therefore an element of the constitution of the 'realm of freedom' is the qualitative change of the productive forces.

Keywords: productive forces efficiency; human emancipation.

* Professor da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), membro do Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (NIEP-Marx).

1. Introdução

Um estágio superior do desenvolvimento das forças produtivas é visto em muitos casos como uma condição natural, separada da sociedade, do processo de emancipação humana. Nessa visão o vínculo entre o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação humana é externo. Esse artigo é uma primeira indicação da relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e a emancipação com base na obra de Marx. É defendido que o critério para definir um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas se situa na constituição do homem como ser social, na ampliação de suas capacidades e necessidades e não apenas no aumento de produtividade. A conclusão é de que o desenvolvimento das forças produtivas não é uma condição externa para a emancipação humana, mas tem uma relação imanente com esta.

O argumento é desenvolvido em três partes. Na primeira parte é tratada a questão do aumento da produtividade como critério de desenvolvimento das forças produtivas. O argumento é que o aumento de produtividade consiste em um processo objetivo no desenvolvimento da humanidade e que, de acordo com Marx, estabelece uma pré-condição para a emancipação humana. No entanto, é defendido que o aumento da produtividade é um critério unilateral e abstrato para definir um estágio superior à produção capitalista.

Na segunda parte é desenvolvida a tese de que a expansão das capacidades humanas é um critério mais apropriado para a avaliação do desenvolvimento das forças produtivas. Primeiramente porque o crescimento da produtividade e a expansão das capacidades humanas não estão em uma relação unidimensional. Na sociedade capitalista, por exemplo, as forças produtivas são forças produtivas do capital e como tais, se tornam forças destrutivas. É defendido que o aumento de produtividade é uma forma de manifestação do processo contraditório de desenvolvimento das capacidades humanas e que esse último é um critério imanente para avaliar o desenvolvimento das forças produtivas.

A terceira parte do argumento procura vincular o desenvolvimento das forças produtivas com o chamado reino da liberdade. A conclusão é a existência de uma ligação interna entre forças produtivas e emancipação humana, que o reino da liberdade supõe não apenas o aumento da produtividade, mas também uma mudança qualitativa das forças produtivas. Essa última é fundamental para que a produção se volte para o homem, em lugar do homem para a produção.

2. Produtividade como critério de desenvolvimento das forças produtivas

O desenvolvimento das forças produtivas é considerado um pilar fundamental do materialismo histórico. Ao se referir a esse desenvolvimento, várias vezes Marx se refere a estágios e graus, e os qualifica como superior ou inferior. Isso coloca a questão de qual critério apropriado para definir um estágio superior ou um grau mais avançado de desenvolvimento das forças produtivas. Na maior parte da literatura marxista o critério reconhecido para estabelecer o grau de desenvolvimento das forças produtivas é o da produtividade do trabalho. Esse critério está presente, por exemplo, em Bukharin (1925) e, ainda, em Cohen (2000).

A despeito da enorme dificuldade de avaliar quantitativamente, é possível, por meio de vários indícios, inferir que, ao menos na média de largos períodos, o aumento da produtividade do trabalho é um fator objetivo da história. Se há estagnações e

mesmo regressões nesse processo - ainda que sua constatação não seja unanimidade entre os historiadores -, ao longo de grandes períodos pode se dizer que tem ocorrido um aumento de produtividade do trabalho.

A constatação do aumento de produtividade do trabalho ao longo da história tem fornecido a base para sua utilização como critério exclusivo de desenvolvimento das forças produtivas. Mesmo admitindo que esse não é certamente um processo linear por comportar regressões e estagnações, o aumento de produtividade forneceria um critério objetivo de avaliação de um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas.

É certo que Marx constata esse aumento de produtividade e o coloca mesmo como pré-condição para a emancipação humana (Marx, 1996, vol. II, p. 225; Marx & Engels, 1987, p. 51). Para Marx, uma sociedade emancipada é aquela em que é possível o “desenvolvimento livre e pleno de cada indivíduo” (Marx, 1996, vol. II, p. 225), e isso só é factível com a aquisição de tempo livre, com o tempo liberado das necessidades da reprodução material para ser utilizado para o desenvolvimento da arte, do conhecimento e das relações pessoais. Nesse sentido, Marx avalia que “A riqueza efetiva da sociedade e a possibilidade de ampliar sempre o processo de reprodução depende não da duração do trabalho excedente e sim da produtividade deste e do grau de eficiência das condições em que se efetua” (Marx, 1981, p. 942).

Mas é preciso assinalar aqui dois aspectos fundamentais na observação que Marx faz a partir da constatação do aumento da produtividade do trabalho e de sua ligação com o processo de emancipação humana. Em primeiro lugar, Marx não deixa de observar o aspecto contraditório desse aumento de produtividade; até o presente momento, o aumento da produtividade serviu não como uma condição de “livre desenvolvimento de todos os indivíduos” mas sim do desenvolvimento de alguns às custas da imensa maioria (Marx, 2010, p. 207). Assim, o crescimento da produtividade ao longo da história se revelou a condição para a possibilidade da exploração – da produção de trabalho excedente e sua apropriação pelos proprietários dos meios de produção – e de sua ampliação e intensificação.

Chega-se assim a um outro ponto fundamental: o aumento de produtividade é uma pré-condição para a emancipação humana, mas de forma alguma se identifica com esta e nem mesmo é uma condição suficiente. O aumento de produtividade como condição significa apenas que esta não é em si algo que constitua a emancipação humana, mas que apenas a possibilita e nesse sentido é um critério externo à emancipação. Em outras palavras, se os aumentos de produtividades são identificados com o desenvolvimento das forças produtivas este seria apenas um elemento externo à emancipação humana sendo muitas vezes identificado com a natureza (Bukharin, 1925; Cohen, 2000).

Ademais, níveis mais altos de produtividade não são condição suficiente para a emancipação humana, embora sejam condição necessária. Marx assinala diversas vezes que nas condições da sociedade capitalista, a liberação de tempo para a reprodução material imediata dos produtores se transforma em sua maior parte em mais trabalho excedente ou em penúria sob a forma de desemprego. Deste modo, as forças produtivas capitalistas se transformam em forças destrutivas, um ponto a ser desenvolvido mais adiante.

Essas considerações levam à conclusão de que o critério de um estágio superior de desenvolvimento das forças produtivas não pode ser considerado de forma abstrata e unilateral, isto é, apenas como aumento de produtividade, de produção valores de uso com menos trabalho. Essa consideração unilateral, para além da observação do aumento de produtividade em prazos largos ao longo da história, replica as condições da produção capitalista. No capitalismo a eficiência é colocada pela primeira vez na história como o único critério de avaliação na constituição das condições da reprodução material.

É preciso assinalar o caráter de valor ético¹ da eficiência, uma vez que esta é posta pelos homens em seus atos alternativos, sendo como tal passível de julgamento (Lukács, 2004, p. 143). A eficiência é um atributo posto pelos homens em seus atos alternativos: diante da igual possibilidade de usar um meio X ou Y para a realização de uma finalidade, um critério para escolha é o da eficiência. Assim, não é em X ou Y em si, independente de seu uso como meio, que está a eficiência, mas no critério atribuído ao uso alternativo de X ou Y de acordo com uma finalidade posta, no caso a do melhor uso, isto é, do uso do meio em menor quantidade para maior resultado.

Note-se aqui que a eficiência é um valor ético profundamente vinculado à utilidade, sendo uma transformação desta: atribuir utilidade ao meio X significa que ele é adequado para um fim, e seu uso define uma ação eficaz. Mas a utilidade, quando referente não só a adequação do meio, mas também a sua relação quantitativa com o fim se transforma em eficiência. Note-se, porém, a diferença, pois a comparação de utilidade não é a mesma que a da eficiência: ambos X e Y podem ser adequados para atingir o fim e isso é uma atribuição qualitativa a respeito de X e Y em sua relação com o fim a ser atingido; mas sua utilidade não é o mesmo que sua eficiência que se refere ao mais ou menos, sendo um juízo de valor quantitativo.

O último parágrafo já evidencia que a eficiência é objeto de julgamento, de uma “polarização alternativa” (Lukács, 2004): o critério para escolher X ou Y nos põe diante de uma oposição entre eficiência e ineficiência. Antes da ação a eficiência serve como finalidade posta, objetivo a ser alcançado e durante a ação serve como guia que a orienta. Decorrida uma ação o uso que foi feito dos meios, no que diz respeito a sua relação quantitativa com os fins - sua eficiência - é critério para julgamento dessa ação como boa ou ruim.

Chega-se aqui a um ponto fundamental da argumentação, pois se poderia objetar que, em sendo a eficiência algo passível de avaliação objetiva, resultado de relações lógicas e mensuráveis, em si não poderia ser um valor ético. Tal objeção parte de que os valores éticos seriam em si e por si meramente subjetivos. A questão da relação entre o caráter subjetivo e objetivo dos valores éticos é objeto de longa controvérsia na filosofia e não cabe aqui se estender nela. A posição adotada nesse artigo é de que os valores éticos são subjetivos em um sentido – no sentido que são objetividades postas pelos sujeitos em suas ações, como argumentado anteriormente – e por outro são também objetivos – uma vez que são resultados das ações que podem ser reconhecidos independente de sua realização e que, portanto, servem de guia e critério para julgar as ações; os valores éticos são “subjetividades objetivas e objetividades subjetivas” (Medeiros, 2005, p. 76). Em segundo lugar deve-se notar que, embora contrariando a visão

¹ Valor ético se refere aqui a um juízo sobre uma ação ou sobre algo como bom ou ruim. O qualificativo é necessário no texto para distingui-lo do valor econômico.

padrão adotada por boa parte da filosofia contemporânea, o reconhecimento de que os valores éticos são dotados de objetividade remonta a raízes muito antigas na filosofia grega e reaparece constantemente na filosofia no período capitalista, por exemplo, em Montesquieu (Mac Intyre, 1996, p. 179).

Claro está que se os valores éticos, como objetividades postas, servem de guia e critério de julgamento das ações, estas põem os valores éticos realizando-os, mas os pressupõem para que sejam possíveis. Assim a “condición de la realización de valor”, não é a mesma coisa que sua “gênesis ontológica” (Lukács, 2004, p. 148). Isso significa que os valores éticos não existem apenas na mente dos indivíduos, mas são veiculados por meio de instituições, organizações e hábitos sociais.

Dessa forma, os valores éticos se originam das necessidades postas pela reprodução social, das alternativas que concretamente se põe aos homens para responder a essas necessidades concretas; nesse sentido valores éticos são não apenas sociais, mas como tais, históricos: surgem a partir das necessidades postas pela reprodução de determinada sociedade, ou como afirma Lukács, “La fuente genuína de la génesis es, antes bien, el cambio estructural ininterrompido del próprio ser social” (Lukács, 2004, p. 148).

É assim que a eficiência emerge como um valor ético na sociedade capitalista. A sociedade capitalista é uma sociedade em que o produto toma a forma dominante de mercadoria. Produzido como mercadoria o produto é em primeiro lugar objeto feito para a troca, e, portanto, meio para adquirir qualquer outra mercadoria através da sua transformação em dinheiro. Nesse sentido, o mais importante na produção da mercadoria não é mais sua qualidade, desde que ela tenha algum uso, ou a das mercadorias que podem ser adquiridas, pois com o dinheiro qualquer coisa que seja objeto de troca pode ser adquirida. A característica mais importante na produção de mercadorias é o quanto se pode trocar da mercadoria por dinheiro, o seu valor de troca: “O que, na prática, primeiro interessa aos que trocam produtos é a questão de quantos produtos alheios eles recebem pelo seu, em quais proporções, portanto, se trocam os produtos” (Marx, 1996, vol. I, p. 200).

A quantidade ou a magnitude do valor é definida pela quantidade de sua substância – o trabalho abstrato, forma que o caráter social dos trabalhos toma na produção de mercadorias – e, portanto, pelo tempo socialmente necessário para a produção da mercadoria. Assim o valor é determinado pelo tempo “exigido para produzir nas condições sociais médias de produção, a quantidade global socialmente requerida das espécies de mercadorias que estão no mercado” (Marx, 1996, vol. I, p. 735).

Já aqui se impõe a eficiência como um valor ético necessário para a reprodução na sociedade capitalista. Isso porque os capitalistas, como proprietários privados que decidem suas condições de produção sem a coação ou cooperação direta de nenhum outro capitalista, não têm condições de produção homogêneas, e, portanto, gastam tempos de trabalho diferentes para a produção da mesma mercadoria. Assim, se um capitalista gasta trabalho além do socialmente necessário para a produção da mercadoria, isso significa que ele desperdiçou trabalho, gastou mais do que o socialmente necessário. Em outras palavras, o produtor que produz acima do tempo socialmente necessário não é eficiente, pois gasta mais recursos e tempo de trabalho do que o necessário para chegar ao fim de obter o valor da mercadoria com mais valor. Note-se aqui que a eficiência é um valor ético enraizado na forma mercantil da reprodução social: se

o produtor não usa os meios de forma eficiente, o resultado pode ser o seu desaparecimento como produtor por não conseguir vender suas mercadorias ou por vendê-las a um preço abaixo de seu custo.

Mas a produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, é produção de mais-valor e sua reprodução tem como sentido fundamental o movimento de auto expansão ilimitada do valor, isto é, não apenas a produção de mais-valor, mas a produção cada vez maior de mais-valor. A eficiência como valor ético está enraizada também na produção de mais-valor e no movimento de auto expansão do valor. Na produção capitalista a eficiência na produção de valores de uso está subordinada à produção de mais-valor, em um critério que é puramente quantitativo.

É por meio do consumo da mercadoria força de trabalho no processo de produção que se gera o mais-valor. Para que seja gerado o mais-valor é necessário que o consumo de mercadoria força de trabalho ocorra de forma adequada sem desperdício de recursos e que o trabalho se dê com maior continuidade e intensidade possível. Além disso, como somente o valor dos meios de produção – o tempo corresponde a seu uso em condições médias de produção - é transferido para o produto é preciso que seu uso se dê somente no montante socialmente necessário:

Sobre isso o capitalista exerce vigilância com o mesmo temor que manifesta de que nenhum tempo seja desperdiçado, sem trabalho. (...) Finalmente — e para isso tem ele seu próprio *code pénal*— não deve ocorrer nenhum consumo desnecessário de matéria-prima e meios de trabalho, porque material e meios de trabalho desperdiçados representam quantidades despendidas em excesso de trabalho objetivado, que, portanto, não contam nem entram no produto da formação de valor (Marx, 1996, vol. I, p. 313).

Mas a eficiência é buscada com o objetivo de produzir cada vez mais mais-valor. Os métodos que tornam o trabalho mais eficiente, mais produtivo, levam a uma vantagem para cada capitalista em relação a seus competidores, permitindo a esse se apropriar de uma mais-valia extraordinária (Marx, 1996, vol. I, cap. 10) e produzindo, como um resultado não intencional, a mais-valia relativa para o capital global. Assim, afirma Marx:

(...) todos os meios para aumentar a força produtiva do trabalho (...) aumentam a *efficiency* do *labour*. (...) Porém todos esses meios que são empregados para aumentar a *efficiency* do processo de trabalho diminuem (...) o tempo de trabalho necessário, aumentando assim o sobrevalor, a parte do valor que se destina ao capitalista” (Marx, 2010, p. 292).

A necessidade de eficiência na produção impõe-se no uso dos meios de produção e da própria força de trabalho. Os métodos tayloristas de organização do trabalho buscam obter o ótimo de um dia de trabalho maximizando a quantidade de trabalho efetivamente despendida por um trabalhador em uma jornada. Além disso, mesmo o surgimento e difusão de métodos de organização do trabalho pós-tayloristas, são orientados pelo valor da eficiência: basta lembrar que a eliminação do desperdício está na raiz do sistema Toyota (Ohno, 1988, p. 38).

Observar que a eficiência é um valor ético que emerge na sociedade capitalista não significa que no capitalismo somente sobrevivem os métodos de produção mais eficientes ou que não haja aumentos de produtividades nas sociedades pré-capitalistas como resultado do uso de métodos mais eficientes. A eficiência como um valor ético da

sociedade capitalista significa apenas que, pela primeira vez, esta é colocada como um objetivo consciente nas suas decisões de produção.

Esse aspecto contrasta com os critérios de avaliação da produção nas sociedades anteriores à capitalista. Se por um lado é certo que “sob todas as condições, o tempo de trabalho, que custa à produção dos meios de subsistência, havia de interessar ao homem,” por outro, esse interesse não se deu “igualmente nos diferentes estágios de desenvolvimento” (Marx, 1996, vol. I, p. 198). Tal ausência de uniformidade do interesse com relação ao tempo de trabalho se revela no contraste entre a valoração que os clássicos da antiguidade punham sobre a divisão do trabalho e a realizada no capitalismo. Assim, a Economia política do capitalismo considera a divisão do trabalho “como um meio de produzir com o mesmo quantum de trabalho mais mercadorias, portanto para baratear as mercadorias e acelerar a acumulação do capital”, isto é, do ponto de vista da eficiência na produção de valores de uso e de mais-valor. Em contraste, na antiguidade clássica os autores “se atêm (...) exclusivamente à qualidade e ao valor de uso”, e valoram a divisão do trabalho não por seu aspecto quantitativo mas por melhorar “o produto e o produtor” (Marx, 1996, vol. I, p. 479). Uma notável evidência disso é que no mais antigo tratado de economia conhecido, o “*Oikonomos*” de Xenofonte, não há nenhuma referência a eficiência (Finley, 1985, p. 19).

A mesma coisa pode ser dita de outras observações históricas. Os moinhos de água, por exemplo, já eram conhecidos na Roma antiga. Sua utilização porém era pouco difundida, usando-se preferencialmente os moinhos manuais (Bloch, 1985). Trata-se aqui claramente de um caso em que o meio mais eficiente, a água como fonte de energia, é preterido em favor de um menos eficiente, a força muscular. Se é possível observar em linhas gerais e em um prazo mais longo aumentos de produtividade nas sociedades pré-capitalistas, quase sempre estes são resultados não antecipados e não buscados pelos produtores.

É preciso notar também que como valor ético da sociedade capitalista a eficiência na produção de valor de uso está subordinada à expansão do valor. Como uma produção que não é orientada pela satisfação de necessidades, a produção capitalista busca a eficiência no uso dos recursos para produção de valor de uso e mais-valor para cada produtor privado, mas é ineficaz no atendimento das necessidades humanas, produzindo desperdício social nesse aspecto.

Assim pode se dar sentido à eficiência como um valor ético enraizado em uma condição historicamente específica da reprodução social capitalista. Se o tempo de trabalho interessa sempre na reprodução humana, é só na sociedade capitalista que este interesse toma a forma de valoração do trabalho como mais ou menos eficiente, como obtenção do máximo com o mínimo, pois aí o tempo é puramente quantitativo, tempo abstrato, valor. Assim, do ponto de vista da eficiência, “O tempo é tudo, o homem não é nada – quando muito, é a carcaça do tempo. Não se discute a qualidade. A quantidade decide tudo: hora por hora, jornada por jornada” (Marx, 1985, p. 58).

2. Desenvolvimento das forças produtivas e capacidades humanas

Nessa seção é argumentado que o critério para definir um estágio de desenvolvimento das forças produtivas como superior não é o nível de produtividade tomado de

forma unilateral, mas sim a ampliação das capacidades humanas. Mas não seriam ambos a mesma coisa? Nesse caso, não seria recomendável utilizar como critério apenas o aumento de produtividade já que este é observável e mensurável?

A questão é que não há uma relação imediata entre ampliação das capacidades humanas e aumento de produtividade. Esse contraste é mais evidente no caso da sociedade capitalista. Desde “A ideologia alemã” até “O capital”, Marx assinala que as forças produtivas se desenvolvem enormemente no capitalismo, mas o fazem na maioria das vezes contra o ser humano e não a seu favor. Há um motivo fundamental para isso: as forças produtivas se tornam forças produtivas do capital.

A transformação da força de trabalho em mercadoria resulta na subordinação do trabalho ao movimento do capital: a atividade subjetiva e todas as suas condições objetivas já não estão mais subordinadas às finalidades dos homens – tanto dos que trabalham como dos que absorvem o trabalho excedente – mas à do capital, isto é, ao movimento impessoal da autoexpansão do valor.

O resultado dessa subordinação do trabalho ao capital é a imensa transformação das condições objetivas e subjetivas do trabalho. O processo de trabalho se torna um processo coletivo, social, se implanta a especialização do trabalhador e o processo de produção passa a ser uma aplicação consciente da ciência, principalmente por meio das máquinas mas também por meio das formas de manipulação científica da força de trabalho.

Essas novas forças produtivas, no entanto, já não são mais forças produtivas dos homens que trabalham, mas do capital. Ao observar que a forma fundamental da produção capitalista é a cooperação, Marx assinala que nesta a nova força produtiva, “o trabalhador coletivo[social]” é uma ‘força produtiva do capital’” (Marx, 1996, vol. I, p. 449). As formas de produção capitalista, a manufatura e na maquinaria, são apenas uma variação dessa transformação das forças produtivas: o trabalhador coletivo sob a forma de muitos trabalhadores especializados e a cooperação universal do trabalho científico e sua objetivação nas máquinas são também forças produtivas do capital.

As forças produtivas do capital levam ao crescimento contínuo da produtividade que alcança níveis jamais observados antes na história. Mas, por outro lado, o fazem não só a favor do capital, mas também contra os seres humanos. Marx assinala ao longo de “O capital” que os métodos de aumento da produção e da produtividade se dão “à custa dos trabalhadores” (Marx, 1996, vol. I, p. 478) e que o enriquecimento do capital em forças produtivas se dá pelo “empobrecimento do trabalhador em forças produtivas individuais” (Marx, 1996, vol. I, p. 475). Esse empobrecimento é observado por Marx na ‘mutilação’ do trabalhador, no esvaziamento do conteúdo de sua atividade, na alienação de suas potências espirituais e na sua subordinação ao despotismo do processo de trabalho (Marx, 1996, vol. II, p. 274-275). Em resumo: o empobrecimento do trabalhador individual é sua perda de capacidades.

Essas observações de Marx podem ser estendidas para muito além do trabalho na fábrica, uma vez que resultam da condição de assalariado do trabalhador e, portanto, da subsunção do trabalho ao capital. As instâncias em que se pode observar o empobrecimento humano são muitas e trago aqui algumas delas. Primeiramente o taylorismo e seus derivados, que incluem até as atividades de serviços, estenderam para limites não previstos a dissociação entre o aumento da eficiência e o esvaziamento das capacidades dos trabalhadores ao aplicar a ciência à própria força de trabalho. E

mesmo nas atividades não ligadas imediatamente à produção material, a extensão da quantidade de produtos se vê acompanhada da deterioração de sua qualidade e do esvaziamento das capacidades dos homens. Como exemplos, pensemos na degradação do trabalho intelectual com os mecanismos de imposição de critérios meramente quantitativos na produção científica ou ainda na deterioração das mercadorias culturais.

Deve-se acrescentar às instâncias apresentadas na seção anterior um efeito catastrófico do aumento de produtividade obtido por meio das forças produtivas capitalistas que é a crise ecológica. Marx apenas indica esse efeito quando afirma que “(...) a produção capitalista só desenvolve a técnica e a combinação do processo de produção social ao minar simultaneamente as fontes de toda a riqueza: a terra e o trabalhador” (Marx, 1996, vol. II, p. 133).

Tudo isso leva a uma conclusão negativa sobre o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Em primeiro lugar Marx observa que o caráter unilateral do desenvolvimento das forças produtivas as transforma em “forças destrutivas” (Marx & Engels, 1987, p. 93 e 107). Além disso, Marx assinala a superioridade do mundo antigo em relação ao burguês, sob esse ponto de vista. A superioridade advém de que no mundo antigo, “em que o homem aparece como finalidade da produção” sendo a riqueza “a universalidade das necessidades, capacidades, fruições, forças produtivas, etc. dos indivíduos gerada pela troca universal” (Marx, 2011, p. 399).

Mas o caráter negativo das forças produtivas capitalistas não significa que haja uma degenerescência no desenvolvimento histórico da sociedade antiga para a capitalista, como nas ideologias reacionárias da história. Isso não significa também que o aumento de produtividade no capitalismo se dê a despeito do desenvolvimento das capacidades humanas, embora a relação entre eles seja contraditória.

Quanto ao primeiro ponto, os aspectos negativos do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas gerou uma certa nostalgia do artesanato no campo do marxismo e da esquerda em geral, uma espécie de utopia regressiva (Morris, 2002) ou de uma impossibilidade de superar a dissociação entre o enriquecimento dos indivíduos e o aumento da produção (Gorz, 1987).

Mas isso é uma interpretação também unilateral do desenvolvimento das forças produtivas capitalistas. Marx apresenta também os aspectos negativos da produção artesanal em que se baseiam os modos de produção anteriores ao capitalismo. A produção artesanal parece superior ao capitalismo por unir a atividade manual e a intelectual, por unir arte e produção material e pela sua preocupação com a qualidade. A produção artesanal, portanto, promove e resulta de um desenvolvimento elevado das capacidades humanas, mas esse desenvolvimento só é acessível aos iniciados e tem um caráter meramente local. Assim, ao falar da superioridade dos antigos, Marx observa que essa se refere à “forma, a figura acabada e à limitação dada” e à “satisfação de um ponto de vista tacanho” (Marx, 2011, p. 400).

Ao contrário das formas de produção anteriores, no capitalismo as capacidades humanas se ampliam, pois o processo de trabalho ganha um caráter coletivo, e se aprofundam, pois o trabalho passa a ter como base o conhecimento científico e a possibilidade de satisfazer os carecimentos naturais socialmente transformados. Sob esse aspecto, portanto, o capitalismo é superior ao mundo dos antigos, pois o caráter limitado

do desenvolvimento das capacidades humanas é superado pela sua universalidade, ainda que de forma contraditória.

É fundamental observar que tanto o aspecto negativo quanto o positivo da produção capitalista se baseiam no critério da ampliação das capacidades humanas e não meramente no desenvolvimento da produtividade. Por um lado, o capitalismo amplia as capacidades humanas, mas, por outro lado, essas capacidades ao serem forças produtivas do capital, se tornam alheias e hostis aos seres humanos. Se trata aqui de capacidades humanas pois têm sua origem nas relações entre os homens no processo de reprodução de sua vida, mas relações essas que os homens não controlam de acordo com suas necessidades mas pelas quais são controlados. As forças produtivas já não são mais as forças dos próprios indivíduos mas as do capital, e são por isso estranhas aos seres humanos. Assim as capacidades dos indivíduos no capitalismo se realizam como potencialidades não efetivadas, como algo suscetível de existir mas que não tem existência real para os indivíduos humanos.

Em um sentido as forças produtivas no capitalismo são superiores pois neste as capacidades humanas são ampliadas, mas é inferior por fazê-lo tornando-as estranhas aos seres humanos, ao existirem como potencialidades não efetivadas pelos indivíduos. Dessa forma, ao tomar a ampliação das capacidades humanas como critério, esse se apresenta de forma contraditória e não meramente unilateral como no caso da produtividade. A observação unilateral e abstrata, meramente quantitativa, do nível de produtividade não inclui contradições. A produtividade simplesmente aumenta, diminui ou permanece estagnada.

Retorno assim ao ponto inicial desta seção: tomar o crescimento da produtividade como critério unilateral do desenvolvimento das forças produtivas não é o mesmo que tomar a ampliação das capacidades humanas com critério. Não que a relação entre elas seja externa. A ampliação das capacidades humanas termina por resultar de uma forma ou de outra em aumentos de produtividade; mas essa relação não é imediata e linear. Um mesmo nível de produtividade pode ser alcançado de diferentes formas, com uso de diferentes técnicas e mobilização de diferentes conhecimentos e habilidades. Esse fenômeno conhecido como subdeterminação das técnicas (Feenberg, 2010), decorre do caráter aberto da realidade, uma vez que as leis físicas impõe apenas estrangulamentos e possibilidades mas não determinam de forma completa a ocorrência de eventos.

A subdeterminação da tecnologia é repleta de instâncias. Um caso clássico no século XX é o da máquina ferramenta de controle numérico. Nos anos 1950 existiam duas técnicas de programação de máquinas: a técnica do *record player* que fazia a programação da máquina a partir dos movimentos gravados dos trabalhadores manuais e o controle numérico em que a programação era feita diretamente a partir dos desenhos dos engenheiros. As duas técnicas eram equivalentes em termos de eficiência (Noble, 1984). Outro caso digno de nota é o das tecnologias de veículos automotores. No final da década de 1890 os veículos movidos a vapor, gasolina e eletricidade competiam com níveis de eficiência razoavelmente equivalentes, com uma vantagem para o carro elétrico (Kirsh, 1997).

Isso revela uma diferença fundamental entre os dois critérios de desenvolvimento das forças produtivas. Para compreender as forças produtivas é preciso partir daquilo que é ontologicamente prioritário, a reprodução material dos seres humanos.

Os seres humanos são seres dotados de necessidades e para satisfazer essas necessidades interagem com a natureza. Essa interação se dá através do trabalho no qual os seres humanos transformam a natureza de acordo com um fim, de modo a adaptar os objetos espontaneamente dados por esta às suas necessidades (Marx, 1996, vol.I, cap. 5).

O uso do da produtividade como critério unilateral vem em geral acompanhado do entendimento das forças produtivas como um conjunto de coisas que o homem interpõe entre sua atividade e os resultados dela. Em outras palavras as forças produtivas nessa visão são reduzidas aos meios de produção e tidas então como algo material, entendido como natural e externo ao ser social do homem (Bukharin, 1925).

No processo de trabalho os seres humanos mobilizam suas capacidades agindo sobre as relações causais da natureza. Nessa caracterização do trabalho já está presente o conceito de forças produtivas: as potencialidades que permitem aos seres humanos transformar a natureza. Forças produtivas nesse sentido não são algo externo aos seres humanos e que apenas permitem produzir de forma mais eficiente. Ao contrário, forças produtivas são objetivações das capacidades humanas que se apresentem das mais diferentes formas ao longo da história – desde os mais variados meios de produção até as formas de organização da produção e os conhecimentos e habilidades dos trabalhadores.

O desenvolvimento das capacidades humanas, portanto, é um critério interno ao desenvolvimento das forças produtivas. O aumento da produtividade por sua vez, não é um fenômeno meramente externo, decorrente de condições materiais tidas como meramente naturais. O aumento de produtividade é apenas a forma de aparecimento do processo contraditório da ampliação das capacidades humanas.

Isso poderia dar a falsa impressão de que o aumento das capacidades humanas é um valor transcendente e anistórico baseado em uma suposta natureza humana fixa e imutável. Não é esse o caso; o aumento das capacidades humanas como valor ético e social, objetivo e histórico, da mesma forma que a eficiência, ou seja, também se origina das necessidades postas pela reprodução da sociedade capitalista. O critério do desenvolvimento das capacidades humanas é imanente também no sentido de que emerge no interior da sociedade capitalista (Sayers, 1998, pp. 145-147).

A ideia de humanidade nasce junto com o capitalismo. Nas sociedades antigas, embora como assinalado o objetivo da produção fosse o ser humano, apenas eram considerados humanos os seres humanos nativos do gênero masculino. A característica hierárquica dessas sociedades limitava o desenvolvimento das capacidades a esses poucos indivíduos e era submetido ao destino designado pelos deuses.

A base da sociedade capitalista é a produção mercantil, que tem como condição o reconhecimento da igualdade de todos os seres humanos – ainda que de forma alienada, formal e abstrata como meros proprietários privados. A ideia de uma humanidade universal está enraizada na formação do mercado mundial. A expansão da produção capitalista cria objetivamente uma unidade material entre diferentes sociedades, pessoas de vários gêneros, etnias e idades. Mas sendo criada pelo capital essa humanidade universal objetiva aparece também de forma estranhada entre diferentes indivíduos e grupos sociais.

O movimento do capital requer um aumento da produtividade, o qual por sua vez resulta do aumento das capacidades humanas, de forma alienada, da crescente e aprofundada interação material dos seres humanos com a natureza. Para além disso, a

expansão ilimitada do capital por todas as atividades humanas e a necessidade crescente de realizar o valor contido em uma incessante variedade de valores de uso, impõe o desenvolvimento de capacidades humanas como um imperativo objetivo, ainda que o seja de forma estranhada. Assim, no capitalismo as capacidades humanas não são mais vistas como limitadas pelos desígnios de alguma divindade, mas como algo a ser socialmente desenvolvido.

O pleno desenvolvimento das capacidades de todos os seres humanos só emerge como critério valorativo na sociedade capitalista, mas, mesmo assim, permanece como potencialidade não efetivada. Na sociedade capitalista esse desenvolvimento está subordinado às necessidades de auto expansão do valor, isto é, ao critério unilateral e abstrato da eficiência na produção de mais-valor. Conforme já assinalado, muitas das capacidades desenvolvidas no capitalismo permanecem apenas como possibilidades não efetivadas em seu interior (Marx & Engels, 1987, p. 95) que, na maioria das vezes, trazem efeitos destrutivos sobre os indivíduos e a natureza. Mas isso remete ao último ponto deste trabalho, o papel do desenvolvimento das forças produtivas na constituição de uma sociedade comunista, do reino da liberdade.

3. Considerações finais: forças produtivas e o reino da liberdade

O papel do desenvolvimento das forças produtivas na constituição do comunismo tem sido limitado ao de uma condição externa. Nesse sentido, é apontado que o alcance de níveis continuamente elevados de produtividade diminui o tempo necessário à reprodução da vida material, o reino da necessidade, criando assim o tempo disponível para o desenvolvimento das atividades livres, para a arte, o conhecimento e as relações pessoais. As forças produtivas constituiriam somente a base para o reino da liberdade.

Essa visão, no entanto, separa de forma estrita e não dialética a liberdade e a necessidade. Se de acordo com Marx o reino da necessidade se situa na produção material, nem por isso não é possível a existência de um certo tipo de liberdade nesta. A liberdade no reino da necessidade consiste, segundo Marx em que “os produtores associados regulam conscientemente (racionalmente) o intercâmbio material com a natureza” e que “efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana” (Marx, 1981, p. 942). Assim, o ponto fundamental não é apenas uma suposta mudança quantitativa nas atividades de reprodução material, tomando uma parte menor do tempo de vida, mas sua mudança qualitativa. No reino da liberdade o trabalho se torna “de caráter científico e geral” e “autorrealização do indivíduo” (Marx, 2011, p. 509).

Ademais tem sido nas sociedades de classes que a reprodução material tem sido separada do desenvolvimento das capacidades humanas; a separação estrita entre trabalho e auto atividade livre é uma marca das sociedades de classe. Conforme Marx assinalou, “O desenvolvimento de faculdades humanas de um lado baseia-se nos limites nos quais é mantido o desenvolvimento do outro lado. Nesse antagonismo se baseia toda civilização e desenvolvimento social até aqui” (Marx, 2010, p. 207).

A separação estrita entre atividade livre e a imposta pela necessidade material não pode se manter como uma característica em uma sociedade que realiza “o pleno desenvolvimento de todos os indivíduos”. Em primeiro lugar não podem haver indivíduos restritos a um único tipo de atividade, pois senão não haveria o desenvolvimento

de todos os indivíduos e, em segundo lugar, esse desenvolvimento não seria pleno se não houvesse o mínimo de liberdade possível no interior das atividades de reprodução material.

Em último lugar, isso significa que o próprio conteúdo dessas atividades é modificado na medida em que sua separação estrita é abolida. Nesse sentido, as atividades livres se tornam uma necessidade – não imposta pela natureza, mas necessidade especificamente humana – e as atividades impostas pela necessidade natural adquirem características de atividade livre naquilo em que é possível (Sayers, 2006).

As forças produtivas têm assim um papel fundamental na constituição do reino da liberdade. Nos termos apresentado nesse trabalho isso significa que as forças produtivas não podem ser indiferentes – quantitativa e qualitativamente - ao desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, uma vez que elas são objetivações dessas forças.

Pelo menos em um ponto da obra de Marx isso fica patente. Em “A ideologia alemã”, Marx fala da necessidade de “apropriação das forças produtivas pelos indivíduos” e que essa apropriação é o “desenvolvimento das capacidades individuais correspondentes aos instrumentos materiais da produção”, é “o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos” (Marx & Engels, 1987, p. 105). Deste modo, a apropriação das forças produtivas pelos produtores associados significa voltá-las para o “pleno e livre desenvolvimento de cada indivíduo” colocado como “um fim em si mesmo”.

O ponto aqui é que essa apropriação requer e resulta em uma mudança qualitativa das forças produtivas. Contemporaneamente, é absolutamente indiscutível a abundância da produção material – a despeito da persistência da penúria material em amplas segmentos da sociedade capitalista e do seu desperdício em relação às necessidades humanas e da reprodução da natureza – e a diminuição do tempo requerido para essa produção – a despeito de muitos potenciais não realizados em consequência da produção estar voltada para a auto expansão do valor.

Assim o aspecto qualitativo das forças produtivas se torna fundamental na formação de outra sociedade; desenvolver as forças produtivas em um nível superior ao da sociedade capitalista significaria muito mais do que alcançar níveis ainda maiores de produtividade. Um nível superior de desenvolvimento das forças produtivas em uma sociedade socialista significa fundamentalmente a sua mudança qualitativa de modo que estejam voltadas ao fim do pleno desenvolvimento dos indivíduos como um fim em si mesmo.

Poderia se argumentar com base em diversas observações de Marx, que tal mudança não seria necessária e nem mesmo possível. Quanto ao primeiro ponto, Marx alerta para a necessidade de distinguir a maquinaria de seu uso capitalista: “As contradições e os antagonismos inseparáveis da utilização capitalista da maquinaria não existem porque decorrem da própria maquinaria, mas de sua utilização capitalista!” (Marx, 1996, vol. II, p. 73). Quanto ao segundo ponto, em vários momentos Marx observa que os homens não escolhem suas forças produtivas: “(...) os indivíduos determinados (...) desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade” (Marx & Engels, 1987, p. 36).

O primeiro ponto indica que os aspectos negativos de nossa sociedade não decorrem exclusivamente das forças produtivas em si, mas das relações sociais nas quais

estas são engendradas. Mas isso não significa que as forças produtivas têm uma relação de indiferença com as relações de produção. O desenvolvimento da maquinaria só se dá com as relações de produção capitalistas e depende do desenvolvimento desta. O aperfeiçoamento das máquinas está ligado às condições da reprodução das relações capitalistas, como demonstrado por Marx ao registrar a invenção de várias máquinas para acabar com as greves e reivindicações dos trabalhadores (Marx, 1996, vol. II, p. 66).

A observação de Marx acarreta que “outro uso que não o capitalista” das máquinas, não é possível sem novas relações de produção. Assim, da mesma forma que a origem de nossos males não está na tecnologia em si, também não é necessária e exclusivamente nela que está a fonte de nossa emancipação. Novas relações de produção não podem se constituir plenamente sem que se alterem as forças produtivas; a apropriação das forças produtivas pelos produtores associados é um processo que requer tanto a mudança na forma de propriedade e de relação entre os homens como no conteúdo das forças produtivas. Relações de produção e forças produtivas se determinam reciprocamente, são momentos de um processo unitário, o processo de produção.

Isso não significa que os instrumentos de trabalho e as forças produtivas de uma maneira geral não são indiferentes para a emancipação humana. Em outras palavras, uma “outra utilização da maquinaria que não seja a capitalista”, ou mais especificamente em que a produção seja voltada para o homem, implica também em outras máquinas não imaginadas na época de Marx ou outros instrumentos de produção não antecipáveis atualmente. Importante assinalar também que essa mudança qualitativa das forças produtivas não envolve uma utopia regressiva; a subdeterminação da técnica tem como consequência que é possível mudar qualitativamente as forças produtivas sem regredir dos atuais níveis de produtividade.

Mas como seria possível essa mudança se os homens não escolhem suas forças produtivas? A apropriação das forças produtivas pelos indivíduos, ressalta Marx, é condicionada pelas forças produtivas existentes (Marx & Engels, 1987, p. 105). Não se trata de voltar para as forças produtivas da produção artesanal, só é possível aos produtores associados se apropriarem do trabalho coletivo, da produção mecanizada e organizada a partir da aplicação da ciência tal como existem atualmente.

Mas as forças produtivas existentes são apenas um ponto de partida. Elas não permanecem indiferentes a sua apropriação pelos indivíduos associados e pela colocação do homem como finalidade da produção. Se por um lado, se mantém a ciência como força produtiva, por outro lado, a ciência não pode mais ser organizada de acordo com a especialização e os métodos positivistas e manipulatórios, subordinados à expansão do valor, como é no capitalismo. Da mesma forma, o trabalhador coletivo se modifica em termos substanciais, embora permaneça sendo a base da organização da produção. Se os produtores associados não estão envolvidos apenas na produção material, mas também em atividades estéticas e científicas – isto é, se não se trata de uma associação de pessoas que são apenas produtores de valores de uso que atendem às necessidades materiais – os conhecimentos e habilidades para a produção material podem ser desenvolvidos em formas não antecipáveis como resultado da interação entre as diversas capacidades desenvolvidas pelo trabalhador coletivo.

Como seria a nova organização da ciência, as novas habilidades e conhecimentos, os novos modos de organização da produção e instrumentos de trabalho? Não é

possível prever e definir antecipadamente quais seriam as forças produtivas correspondentes a uma sociedade emancipada, isto é uma questão da prática e não da teoria. A única coisa possível à teoria é identificar as possibilidades não efetivadas trazidas pelas forças produtivas existentes, as da sociedade capitalista.

Mas há uma diferença fundamental na constituição de uma sociedade comunista, do reino da liberdade, em relação aos outros momentos da história: o homem pode escolher conscientemente a finalidade de sua atividade material e de todas as suas outras atividades. O homem não pode escolher as causalidades naturais sobre as quais atuam suas práticas – a despeito dessas, com o conhecimento que temos hoje delas, possibilitarem diferentes formas de atuação dentro de seus limites – e portanto, não tem liberdade incondicional de escolher os meios de sua atuação. Mas em uma sociedade emancipada, o homem pode regular conscientemente seu metabolismo com a natureza, isto é, pode conscientemente adaptar as forças produtivas, dentro dos limites impostos pelo conhecimento das causalidades naturais, ao pleno desenvolvimento de todos como uma finalidade em si mesmo.

Referências

- BLOCH, Marc. “Advento e conquista do moinho d’agua.”, In: GAMA, R. (org.) *História da técnica e da tecnologia: textos básicos*. São Paulo: Editora da USP, 1985.
- BUKHARIN, Nikolai. *Historical Materialism: a system of sociology*. New York: International Publishers, 1925.
- COHEN, Gerald A. *Karl Marx’s theory of history: a defence*. New York: Oxford University Press, 2000.
- FEENBERG, Andrew. “Marxism and the critique of social rationality: from surplus value to the politics of technology.”, *Cambridge Journal of Economics*. v. 34, 2010, pp. 37-49.
- FINLEY, Moses I. *The Ancient Economy*. 2ª Ed. Berkeley: University of California Press, 1985.
- GORZ, André. *Adeus ao proletariado. Para além do socialismo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
- KIRSH, David A. “The Electric Car and the Burden of History: Studies in the Automotive Systems Rivalry in America, 1890-1996.”, *Business and Economic History*, vol. 26, nº 2, 1997.
- LUKÁCS, György. *Ontologia Del Ser Social: El Trabajo*. Buenos Aires: Herramienta, 2004.
- MAC INTYRE, Alasdair. *A Short History of Ethics*. New York: Touchstone, 1996.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo/UFRJ, 2011.
- _____. *Para a Crítica da Economia Política. Manuscrito de 1861-1863 (Cadernos I a V)*. Belo Horizonte, Autêntica, 2010.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I. O processo de Produção do Capital. 2 Volumes*. Série Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- _____. *A Miséria da Filosofia*. São Paulo: Global, 1985.
- _____. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro III O processo Global de Produção Capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.
- MARX, Karl & Friedrich Engels. *A Ideologia Alemã: Feuerbach*. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MEDEIROS, João Leonardo G. “The values of the world against the ‘world’ of values: Practical contradictions of economic theories of ‘welfare’.”, *Journal of Critical Realism*. Vol. 4, Nº 1 (2005), pp. 62- 88.
- MORRIS, William. *Notícias de lugar nenhum*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.
- NOBLE, David F. *Forces of Production; A Social History of Industrial Automation*. New York: Knopf, 1984.
- OHNO, Taiichi. *O Sistema Toyota de Produção. Além da Produção em Larga Escala*. Porto Alegre: Bookman, 1997.

SAYERS, Sean. "Freedom and the "Realm of Necessity" ", *In: MOGGACH, Douglas (ed.) The Left-Hegelians: New Philosophical and Political Perspectives*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006, pp. 261-74.

_____. *Marxism and Human Nature*. London: Routledge, 1998.

Recebido em 07 de julho de 2022

Aprovado em 11 de julho de 2022